

Protagonismo comunitário a partir do inventário participativo de Galópolis (Rio Grande do Sul/Brasil): gestão de um patrimônio industrial

Community protagonism based on the participatory inventory of Galópolis (Rio Grande do Sul/Brazil): management of an industrial heritage

Geovana Erlo*

Ana Carolina Gelmini de Faria**

Resumo: O artigo analisa a participação da comunidade do bairro Galópolis, localizado na zona sul da cidade de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul/Brasil), através dos processos de musealização do território, estimulando seu compromisso com a gestão do patrimônio elencado por meio de estratégias que potencializam o seu protagonismo. Recorte da pesquisa de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMusPa/UFRGS), ancora-se em metodologias da arqueologia industrial e da pesquisa-ação para a compreensão da dinâmica museal, articulando a história oral, a análise documental, iconológica e de conteúdo com a realização de um inventário participativo para alcançar uma perspectiva museal integradora que fomente a autogestão de uma comunidade enquadrada por uma dinâmica industrial paternalista. Baseando-se nos princípios da Museologia Social, pretende-se, através desta pesquisa, proporcionar um processo contínuo de reflexão acerca da história local, dos discursos museológicos e da necessidade de se estimular o protagonismo comunitário acerca das demandas locais de forma empírica e emancipadora.

Palavras-chave: Gestão comunitária; Museologia Social; Patrimônio industrial; Museu de Território de Galópolis; Inventário Participativo de Galópolis.

Abstract: The article analyzes the participation of the community of the Galópolis neighborhood, located in the southern part of the city of Caxias do Sul (Rio Grande do Sul/Brazil), through the processes of musealization of the territory, stimulating their commitment to the management of the heritage listed through strategies that enhance their protagonism. Part of the master's research defended in the Graduate Program in Museology and Heritage at the Federal University of Rio Grande do Sul (PPGMusPa/UFRGS), it is based on industrial archaeology and action research methodologies to understand the dynamics of museums, combining oral history, documentary, iconological and content analysis with a participatory inventory to achieve an integrative museum perspective that fosters the self-management of a community framed by a paternalistic industrial dynamic. Based on the principles of Social Museology, the aim of this research is to provide a continuous process of reflection on local history, museological discourses and the need to stimulate community protagonism in relation to local demands in an empirical and emancipatory way.

Key-words: Community management; Social Museology; Industrial Heritage; Museu de Território de Galópolis; Participatory Inventory of Galópolis.

* Licenciada em História (UCS) e mestra em Museologia e Patrimônio (UFRGS). Docente da rede básica de educação da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, coordenadora-geral do Ponto de Memória Inventário Participativo de Galópolis e mediadora cultural do Museu de Território de Galópolis. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Direito do Patrimônio Cultural da UFOP. Membro do Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Brasil). E-mail: geovanaerlo@gmail.com

** Museóloga (UNIRIO), mestre e doutora em Educação (UFRGS). Docente do Curso de Museologia do Departamento de Ciências da Informação da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da mesma universidade. Membro dos grupos de pesquisa do CNPq "Escritas da história em museus: objetos, narrativas e temporalidades" e do "GEMMUS - Grupo de Estudos em Memória, Museus e Patrimônio". Bolsista de produtividade em pesquisa em Museologia, do CNPq - Nível 2. E-mail: carolina.gelmini@ufrgs.br

1. A constituição de um patrimônio industrial

Nesta pesquisa-ação, parte-se da prerrogativa de que definir um território nunca é tarefa fácil e demanda compreender a complexidade da dinâmica social que o constrói. E, diante desta necessidade, importa ressaltar que toda e qualquer tentativa de definição, seja ela descritiva ou analítica, parte de uma perspectiva, de um posicionamento. Esta posição, por sua vez, configura-se no desdobramento das experiências prévias de quem pesquisa e define. Logo, não há neutralidade na seleção de espectros a serem analisados, pois toda escolha parte do pressuposto do enquadramento argumentativo temático, espaço-temporal.

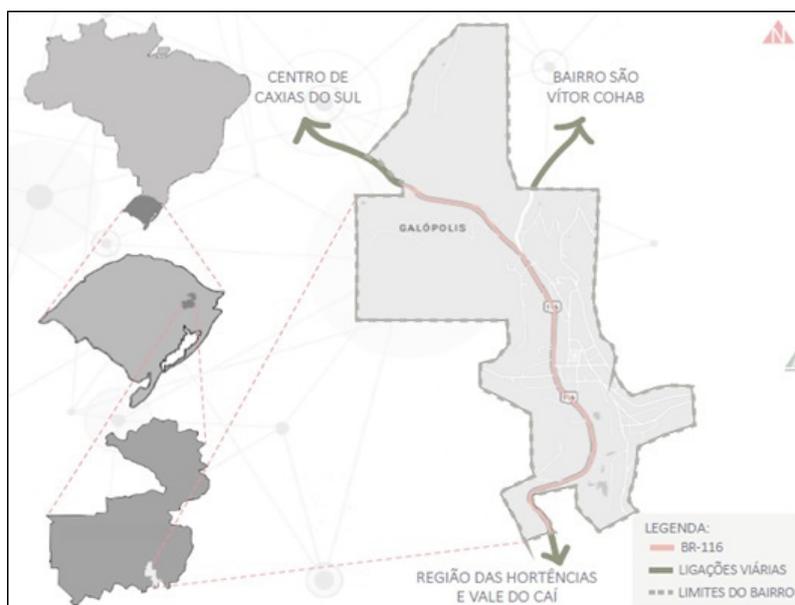
Metaforicamente falando, a compreensão sobre o território pode se dar de diferentes formas: como um novelo de linha, no caso de uma descrição superficial infundada e de caráter totalizante, que parte de uma ótica estática e cartesiana; como um emaranhado, quando são analisados seus aspectos constitutivos de forma isolada, sem levar em consideração suas conexões; como uma rede ou tecido (subjeto e verbo): uma complexa trama formada por linhas e nós que demandam a consideração das distintas e complementares dimensões que o tramam; ou ainda um rizoma, que, segundo Deleuze e Guattari (1997), diferentemente de uma raiz arbórea, não possui centro, pontos, início ou fim – nele, qualquer elemento pode alterar e afetar qualquer outro elemento, sendo constituído por uma multiplicidade de relações que se afetam e se implicam mutuamente.

Sua tessitura costuma ser pensada de forma a homogeneizar racionalmente a superfície visível, apresentando somente suas qualidades estéticas positivas e rotineiramente romantizadas. Porém, é somente quando posto do avesso, visto de dentro para fora, que se ajusta a ótica de forma a tornar possível a percepção das amarrações, das rupturas e trocas de fios, dos rasgos, dos remendos, das bainhas sem acabamento próprias da diversidade cultural que atribui a territorialidade ao espaço físico. De mesma forma, em um modelo rizomático, sua heterogeneidade implica em conexões e rupturas que se traduzem na multiplicidade que interdepende de fatores endógenos e exógenos. Por isso, uma das principais distinções desta pesquisa-ação é seu olhar subjetivo e crítico que só pode ser compreendido por quem o tece. Segundo Saquet:

A territorialização constitui e é substantivada, nesse sentido, por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidade. A territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades (SAQUET, 2009, p.83).

Como unitária, bastaria descrever Galópolis como um bairro da cidade de Caxias do Sul que se constitui como núcleo urbano da Região Administrativa de Galópolis, englobando as zonas rurais da 3ª, 4ª, 5ª e uma parcela da 6ª Léguas, além do loteamento Altos de Galópolis. A população do bairro, isto é, unicamente da sua porção urbanizada, segundo o censo realizado em 2010, era de 2.377 habitantes (IBGE, 2011). Localizado na zona sul do Município, o bairro é cortado pelo Arroio Pinhal, que desemboca na Cascata Véu de Noiva. Sua condição geográfica como vale encaixado enquadra-o na paisagem da porção nordeste do Rio Grande do Sul, na chamada “Serra Gaúcha” – conforme representa a Figura 1. Todavia, nesta pesquisa preza-se pela interpretação multidimensional, e, de tal forma, faz-se necessário o aprofundamento em torno de sua constituição e atribuição de aspectos sígnicos.

Figura 1 - Localização do bairro Galópolis



Fonte: (CASTILHOS, 2020, p. 11)

Adentrando em sua multidimensionalidade, cabe ressaltar que o território de Galópolis passou a ser circunscrito na historiografia regional a partir das primeiras publicações feitas sobre a História de Caxias do Sul. Estas produções foram tardias e consistiam, em um primeiro momento, em um álbum comemorativo alusivo ao Cinquentenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, celebrado no ano de 1925, construídos pela Intendência de forma descritiva, com função estritamente comemorativa. Vinte e cinco anos mais tarde, em 1950, a então municipalidade organizou outro álbum, que até hoje é tido como uma das fontes históricas mais consultadas para compreender os discursos inerentes à colonização (HERÉDIA; PAVIANI, 2003). Em ambas as compilações oficiais, prezou-se pelo enaltecimento da

figura do “europeu desbravador”, que chega em “terras selvagens” e as colonizam a partir do zero – tendência de valorização humanista latina e detrimento da presença indígena anterior.

Embora a maioria das pesquisas sobre Galópolis ressaltem o papel do imigrante europeu “empreendedor” para a formação de Caxias do Sul, outras buscam desconstruir estas questões, alternando o olhar acerca dos sujeitos da História oficial ao apontar o papel fundamental desempenhado pelas camadas até então subalternizadas. O deslocamento do ponto de vista de cima para baixo – própria da linha teórica materialista histórico-dialética, da “História vista de baixo” e da História Cultural –, fez com que as figuras dos trabalhadores de Galópolis se tornassem protagonistas do movimento de transformação da sua realidade.

Mas existem ao menos dois aspectos que convergem entre tais análises dicotômicas: Galópolis foi construída inicialmente por imigrantes italianos que acabaram por desenvolver a primeira indústria têxtil da região. Em 1894, 28 ex-operários do Lanifício Rossi de Schio (Vêneto, Itália) chegaram à região que compreendia a Zona Colonial Italiana, no nordeste do Rio Grande do Sul (Brasil). Expulsos de seu país após organizarem uma greve reivindicando, dentre outros aspectos, melhores condições salariais, estabeleceram-se na Quarta Légua, às margens do Arroio Pinhal, e reproduziram neste novo local a realidade que conheciam: criaram uma cooperativa têxtil, a *Società Tevere e Novità* (Figura 2).

Figura 2 - Representantes do *Società Tevere e Novità*, oriundos (Lanifício Rossi) de 1981. Em pé da esquerda para a direita: José Comerlato e José Berno; sentados: José Casa, José Bolfe e João Batista Mincato. Autor: não identificado. Data: segunda metade da década de 1890.



Fonte: Instituto Hércules Galló

A cooperativa foi criada aliando os interesses coletivos dos seus criadores com sua ideologia – que tornou sua cidade de origem, “[...] Schio, uma “cidade vermelha numa província branca” (VERONA, 1997, p.2). Porém, o desenvolvimento de lanifícios de capital aberto, sobretudo na porção meridional do Rio Grande do Sul devido à proximidade da criação de ovinos, tornou a concorrência desparelha, culminando com a sua falência no ano de 1904.

Foi neste contexto de crise da indústria precursora da tecelagem que a figura de Hércules Galló, hoje visto como empreendedor e patriarca da região que assumiu como sua, ganhou destaque. Filho de um industrial da área têxtil na cidade de Biella, na região italiana de Piemonte, emigrou para o Brasil em 1899 com sua esposa Edwige Strona (Figura 3) e dois filhos (Olga e Renato Galló), já com o poder aquisitivo advindo da venda da porção do parque fabril que recebera de herança do falecido pai na sua cidade natal. De tal forma, Galló não foi o único responsável pelo desenvolvimento econômico da região, conforme a construção do mito em seu entorno tentou solidificar, bem como também não veio somente “com a roupa do corpo” – romantização narrativa fomentada para corroborar à tese da “ascensão do empreendedor europeu”.

Figura 3 - Edwige Strona Galló e Hércules Galló durante a comemoração de 25 anos de casamento. Autoria: não identificada. Data: 1915.



Fonte: Instituto Hércules Galló.

Galló associou-se à cooperativa dos imigrantes grevistas investindo 100.000 liras, o que o elevou ao título de gerente em 1904. Dentre as principais transformações trazidas pelo então sócio proprietário situam-se a construção do primeiro alternador de energia elétrica da localidade, a ampliação do número de teares e a incorporação de

uma mão de obra técnica trazida da Itália, que chamaram a atenção de investidores externos à região para a fábrica renomeada como “Cia. dos Tecidos de Lã”. Segundo Herédia (2003, p. 47), “[...] a atividade comercial de Hércules Galló levou-o a conhecer a Casa Comercial Chaves & Almeida, sendo que anos mais tarde [em 1912] o grupo [...] tornou-se sócio do empreendimento localizado no Vale del Profundo [...]”.

Os Chaves & Almeida, comerciantes conhecidos a nível internacional, interessaram-se na empresa e decidiram investir, tornando-se sócios no ano de 1912 – período que representou o auge da atividade comercial da empresa, que passou a se chamar Lanifício São Pedro. Foi neste período que, mesmo depois do falecimento de Galló em 1921 e a consequente saída da família dos negócios locais, as principais políticas paternalistas foram tomadas em relação ao operariado, seguindo, inclusive, o modelo que os operários grevistas já estavam acostumados desde Schio: iniciou-se a construção de uma vila operária (figura 4). Aqui, mais uma vez, quebra-se o discurso de que Galló fora o único a desenvolver a vida na vila operária, já que na memória coletiva – e enquadrada – dos moradores, a figura dos gerentes suscitavam mais o “calor humano” paternalista do que a do patriarca que dá nome à territorialidade.

Figura 4 - Vila operária de Galópolis na década de 1910. Área central composta por um grande campo de futebol para o divertimento dos operários, ampliando sua capacidade produtiva, antes da construção da praça e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, em 1947. Autoria: não identificada. Data: década de 1910.



Fonte: Associação de Moradores do Bairro Galópolis.

Dentre os principais espaços de sociabilidade, imobilização e reprodução da mão de obra, para além das quase 180 habitações construídas no entorno da fábrica, situavam-se o Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, a Cooperativa de Consumo

São Pedro Ltda., o Cine-Operário e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Distrito de Galópolis – criado pelo próprio Lanifício a fim de impedir a organização independente. Esta finalidade fazia-se presente também em outros elementos “oficiais”, como os Colégios Manoela Chaves e Ismael Chaves, além da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia – segunda igreja da região, construída em 1947 para ostentar a “grandeza” da vila. Percebe-se que a localidade foi construída sobre as bases traçadas pela fé católica, pela sociabilidade operária e o controle ideológico – todos estes, por sua vez, submetidos e criados a partir da dinâmica industrial instalada no território, o que caracteriza o conjunto de referências culturais locais dentro do que se denomina como patrimônio industrial:

[...] sítios, estruturas, complexos, áreas e paisagens assim como maquinaria, objetos ou documentos relacionados que fornecem evidências dos processos de produção industrial passados ou em desenvolvimento, da extração de matéria-prima, de sua transformação em bens de consumo das infraestruturas de transporte e de energia relacionadas. O patrimônio industrial reflete a profunda conexão entre o ambiente cultural e natural, uma vez que os processos industriais – sejam antigos ou modernos – dependem de fontes naturais de matéria-prima, energia e redes de transporte para produzir e distribuir produtos para outros mercados. Esse patrimônio contempla tanto os bens materiais – imóveis e móveis – quanto as dimensões intangíveis, tais como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a vida de comunidades e provocou grandes mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral (TICCIH, 2011, [online]).

A política paternalista do Lanifício enfraqueceu somente após 1979, quando a Fundação Kalil Sehbe S.A, representando, por sua vez, o Grupo Alfred, adquiriu o parque fabril, transformando-o no Lanifício Sehbe. Entre sua aquisição e o ápice de suas dificuldades financeiras em 1999, decorreram-se anos em que a estrutura da vila operária – desde as moradias até os espaços assistenciais, sociais e esportivos – foi sendo desmantelada, acarretando a venda dos imóveis e o fim dos serviços prestados. Mesmo assim, a empresa declarou falência contando com altas dívidas principalmente com seus trabalhadores, que paralisaram a produção de 31 de março de 1999 até oito de junho do mesmo ano (FERRI, 2018). Após diversas tentativas falhas de negociação com a empresa, os trabalhadores optaram pela fundação da Cooperativa Têxtil Galópolis (COOTEGAL) e a consequente aquisição do parque fabril no ano de 2001.

O paternalismo, próprio da organização fabril das vilas operárias (LOPES, 1987; THOMPSON, 1998), deixou feridas na comunidade de Galópolis através da coerção ideológica partida de seus dirigentes sobre os trabalhadores. Dificultando a

saída do território cerceado simbólica e fisicamente e impedindo a autonomia operária frente à organização de seu território, a empresa estimulou a dependência integral dos moradores por meio de seus múltiplos recursos – educação, cultura, esporte, sociabilidade e fé católica –, tornando a vila operária e as próprias relações comunitárias verdadeiras extensões de seu ambiente produtivo. Com o desmantelamento do modelo paternal por conta da troca de gestão, tais elementos impostos como elementos identitários e de pertencimento, embora ainda muito presentes, percebem-se em risco de desaparecimento.

Na tentativa que reconstruir – ou questionar – o fragmentado pertencimento territorial que, embora traumático, representava a segurança de uma comunidade homogeneizada pelas fronteiras simbólicas entre o “nós” e os “outros”, instituições de memória surgiram. Com sujeitos e propósitos distintos, duas destas organizações se destacam: o Museu de Território de Galópolis, mantido pelo Instituto Hércules Galló; e o Inventário Participativo de Galópolis, gerido pelo Centro Comunitário e Cultural Galópolis. Estas duas expressões da atribuição de musealidade ao patrimônio industrial galopolitano foram objetos de estudo da pesquisa “Tecendo a gestão comunitária do patrimônio industrial: do Museu de Território ao Inventário Participativo de Galópolis”, defendida em 2023, em nível de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMusPa/UFRGS).

Ambas as iniciativas museais, em tese, foram consolidadas sob a égide da Museologia Social. Tal proposta museal emancipadora teve como base a Declaração de Santiago do Chile, elaborada a partir da famosa Mesa-Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972 - embora estas ideias já viessem sendo estruturadas anteriormente por meio das produções do museólogo Hugues de Varine e das experiências práticas de museus de vizinhança, como o de Anacostia (Washington). Para Varine ([1995] 2010), ao discorrer acerca das prerrogativas de Santiago, o caráter inovador se expressa nas considerações das resoluções, sobretudo duas: “Aquela de museu integral, isto é, que leva em consideração a totalidade dos problemas da sociedade; Aquela do museu como ação, isto é, instrumento dinâmico de mudança social” (VARINE, [1995] 2010, p.40).

As pesquisadoras Judite Primo (1999) e Manuelina Maria Duarte Cândido (2003) concordam com a inovação proposta pelo documento, mas contribuem para uma reflexão mais abrangente ao reforçar que ao longo do evento e principalmente nos seguintes - como a Reunião de Oaxtepec (México, 1984), a 16ª Assembleia Geral

do ICOMOS (Quebec, Canadá, 1984) e o Seminário “A Missão do Museu na América latina hoje: novos desafios” (Caracas, Venezuela, 1992) - o conceito de “museu integrado” também foi discutido. Ambos não foram tratados como sinônimos, mas ao mesmo tempo críticos e complementares, refletindo acerca ideia de “musealização integral”, do todo. Assim, na perspectiva da Museologia Social, o museu que se diz integral (na teoria) e integrado (na prática) precisa integrar as comunidades do seu entorno em sua cadeia museológica, propondo ações para seu desenvolvimento e profissionalização, mas, sobretudo, em sua missão, seus objetivos e funções: ultrapassando as barreiras das coleções e alcançando o patrimônio cultural; superando os limites dos muros de sua edificação e chegando aos territórios; tornando as comunidades não apenas público do museu, mas também suas idealizadoras, mantenedoras e inspiradoras.

Todavia, percebe-se que as duas iniciativas analisadas e previamente citadas diferem sobre a perspectiva de museu integral e integrador (ERLO, 2023). O Museu de Território de Galópolis, ainda que idealizado sobre as abordagens conceituais de uma Museologia Social, foi imposto verticalmente pela instituição proponente: ao final das etapas propostas percebe-se que os operários e moradores foram invisibilizados diante da construção da história local, tanto pela expografia apresentada no núcleo do museu (situado na residência que pertenceu a Hércules Galló) como pelos 15 totens instalados pelo território urbano de Galópolis, diante de bens edificados sob a materialidade estética que transita entre o colonial tardio italiano, o *art-déco* e o modernismo (ERLO, 2019, 2023). Tal processo levou a indagação: Como estimular o compromisso ativo da comunidade do bairro com a gestão do território na perspectiva da musealização? Que papéis esses agentes assumem nessa negociação?

O percurso metodológico para responder tais questões culminou na proposta de organização de um inventário participativo, caracterizando a investigação como uma pesquisa-ação (TRIPP, 2005), caracterizada por um olhar dialógico e subjetivo acerca de um tema sensível e impreterivelmente próximo de quem pesquisa. Ela foi utilizada neste trabalho no intuito de representar a dicotomia entre tensão e consonância que embala a mediação entre o teórico e o prático - e mais do que o simples prático, o cotidiano, buscando a transformação da realidade local. O pragmatismo inerente ao paradigma epistemológico pode ser expresso na máxima “transformar para conhecer” e vice-versa - estimulando a devoração (CHAGAS, 2003) entre o conhecer para transformar e o transformar para conhecer.

Neste momento, não se exigirá do Museu apenas a possibilidade de reinterpretar o passado ou de possibilitar a compreensão do presente; nele se irá procurar o agente do processo de “modernização”, o estimulador de uma consciência crítica e de uma visão humanística; o instigador de amortecidas capacidades de indagar, de julgar, de criar; o deflagrador de um processo no qual o Homem se coloque como fruidor e agente de vida cultural; o conscientizador do processo histórico, do Homem como ser histórico. O Museu é, assim, e deve ser cada vez mais, o agente da Utopia (GUARNIERI, 1977, p.26).

Como forma de aplicar esta episteme para incluir os sujeitos galopolitanos como agentes da Utopia (não apenas a museal) foi selecionado o método do inventário participativo, segundo a concepção de Varine (2012), já bastante explorado em contextos semelhantes na realidade brasileira e orientado a partir da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2016)¹. Ambas as perspectivas percebem tal método como uma forma de educação para o patrimônio cultural e não somente para a educação patrimonial, tornando os inventariantes protagonistas da construção de sua história com base em testemunhos - e não apenas receptores de uma historiografia já consolidada e fundamentada em ideais positivistas. Assim, a complementariedade entre metodologia e método utilizados nesta pesquisa instiga a participação comunitária no intuito de torná-la protagonista de um processo que sempre lhe foi exteriorizado. O inventário assumiu um papel determinante e politicamente engajado quando foi percebido como uma alternativa aos propósitos da histórica luta pela preservação patrimonial do bairro, capaz de fomentar a produção de uma informação protagonizada por seus agentes.

2. O Inventário Participativo de Galópolis

A comunidade de Galópolis vive um impasse: a sede social do antigo Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, uma propriedade pública cedida informalmente à Associação dos Moradores de Galópolis (AMOG) - entidade comunitária que busca fomentar a organização local desde sua fundação, em 1988 - no ano de 2013 para a criação do Centro Comunitário e Cultural Galópolis (CCCG) foi interdita por problemas estruturais (e questões políticas). A comunicação entre poder público e Associação encontra-se (na conjugação presente, pois até o momento de escrita deste texto ainda não foi resolvida) em segundo plano, uma vez que a especulação

¹ A pesquisa passou pela análise da Comissão de Pesquisa da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (COMPESQ-FABICO/UFRGS). O processo foi registrado na Plataforma Brasil sob o número 41990 e aprovada pelo Comitê de Ética, recebendo parecer positivo à sua execução ao longo do ano de 2022.

imobiliária e os interesses econômicos da iniciativa privada também estão sendo debatidos pela municipalidade.

Diante disso, a entidade criou um grupo de voluntários do bairro em 2021 para revitalizar o projeto do Centro Comunitário e Cultural Galópolis e mobilizar a luta pela manutenção do espaço como núcleo cultural do bairro, prezando pelo seu tombamento, mas também, percebendo a duras penas que tantos outros elementos culturais de Galópolis vêm se perdendo. O objetivo do método - que se transformou em projeto permanente a partir de sua incorporação às entidades organizadas locais como estratégia de debates, tensionamentos e enfrentamentos - ultrapassou suas referências iniciais e aliou a teoria científica à prática militante para servir às demandas populares.

O “Inventário Participativo de Galópolis”, além de equiparar a correlação de forças entre agentes nas disputas próprias do campo patrimonial, passou a servir também como um instrumento de revisão de premissas sobre a capacidade organizativa da população e um espaço de encontros para suprir a latente vontade de aproximação da comunidade às diferenças, simbolizando a ode à autogestão comunitária, que passa a protagonizar a produção de informação e conhecimento sobre si. Cabe a ressalva de que a utilização de “comunidade”, aqui, representa a revalidação do senso coletivo, combativo e das diferenças que a tornam heterogênea, que a transformam de comunidade construída em comunidade em construção. Da mesma forma, esta pesquisa apresenta um inventário participativo em permanente construção, assim como as bases teóricas que o consolidam como ferramenta para a transformação da realidade.

O conhecimento teórico-metodológico sobre inventários participativos parte do Manual de Aplicação de Inventário Participativos do IPHAN (2016, p. 7), que indica que inventariar “[...] é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor [sendo] necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local”. Embora não trouxesse a definição exata do que é um inventário participativo, o Manual o inseria como metodologia da Educação Patrimonial - ou Educação para o Patrimônio (GRINSPUM, 2000), no caso de Galópolis -, enfatizando o papel da comunidade como protagonista “[...] para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural” (IPHAN, 2016, p. 5), devendo traçar métodos específicos para tal, de acordo com sua realidade. Mais adiante, a partir do

aceite do conselho gestor do projeto do Centro Comunitário e Cultural Galópolis em executar um inventário participativo, encontramos na produção de Hugues de uma referência mais específica para o caso de Galópolis ao apontar também as fragilidades do método:

Na verdade, o método tem seus defeitos, ligados em particular à subjetividade dos habitantes e aos fenômenos da moda, de qualquer modo relativizados pela necessidade de consenso para as decisões. Mas o mais difícil reside nas perspectivas de futuro de tal inventário, feito pela geração ativa hoje, com seus gostos e sua relação com o passado. O que será dele em duas ou três gerações? Erros terão sido cometidos, por parte das pessoas ativas nesse momento? Outras modas não serão impostas? Uma administração municipal eleita, responsável pelo interesse geral, pode aceitar sem discussão as escolhas que lhe são impostas por pessoas sem a competência acadêmica minimamente indispensável? [...] Para mim, mesmo se ainda é utópico na maior parte das situações, o inventário participativo é a forma mais acabada de inventário local, mas é difícil, metodologicamente exigente, longa. Além do mais, este deve ser repetido em intervalos regulares para conta da evolução da cultura e das modas. [...]. Devemos sempre lembrar que o inventário compartilhado é ao mesmo tempo um objetivo e um meio: trata-se com certeza, de chegar a um produto, utilizando todos os meios de coleta, de registro e de difusão; mas é também, e talvez principalmente, uma pedagogia que visa a fazer nascer no território a imagem complexa e viva de um patrimônio comum, de múltiplos componentes e facetas, que se tornará o húmus do desenvolvimento futuro, e que será igualmente compartilhado por todos (VARINE, 2012, p.55).

O método do inventário, por sua peculiaridade e grau de complexidade, mas ao mesmo tempo de adaptabilidade, no contexto da busca pela retomada do prédio do Círculo Operário para reconstrução do Centro Comunitário e Cultural Galópolis, pareceu uma boa forma de, ao mesmo tempo, utilizar esta demanda inserida no campo das discussões do patrimônio cultural como forma de justificar a preservação do bem em questão – e a partir da noção de preservação, instaurar a necessidade do uso para o cumprimento de sua função social. A sugestão de aplicação da metodologia foi levada aos membros do comitê na reunião do dia 5 de janeiro de 2022, sendo bem acolhida.

Mas, para o inventário ter ampla participação, era necessário um plano de comunicação para alcançar o extrato da população do bairro que não acessava ou acessava pouco a internet, bem como um intenso processo de divulgação por meio das redes sociais, buscando alcançar as camadas mais jovens. Assim foi iniciada a colagem de cartazes (Figura 1) por pontos estratégicos de grande circulação no bairro e distribuído folders em quase todas as ruas do bairro. Posteriormente, a Padaria Galópolis e a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia firmaram seu apoio

e passaram a divulgar o Inventário Participativo de Galópolis em seus alto-falantes ao menos duas vezes por semana até primeiro encontro, programado para acontecer no dia 8 de março de 2022, uma terça-feira, em dois horários - às 16h, para alcançar os moradores que iam à feira do agricultor e ao Brechó Amigópolis (realizados somente nas terças, movimentando o centro do bairro), além dos estudantes das duas escolas do núcleo urbano que também foram previamente convidados a participar e às 19h, para os trabalhadores.

Nas redes sociais, definiu-se que entre o dia 11 de janeiro e 8 de março de 2022 a programação seria com ao menos três publicações semanais nos perfis da AMOG e Ponto de Cultura no *Facebook*, e o da AMOG no *Instagram*. Em toda a publicação, com legendas chamativas e lúdicas, destacar-se-ia o papel do Projeto CCG - e isso ocorreu também nas imagens individuais, publicadas em carrossel e vídeos nos formatos de *reels* ou apenas publicados no *feed*, que seguiam três modalidades de comunicação: vídeos de chamamento, imagens explicativas sobre patrimônio cultural e a proposta do inventário participativo, além dos vídeos e stories do “isso é patrimônio de Galópolis?”, em que, na tentativa de estimular a participação quanto à atribuição de musealidade aos bens culturais e chamar a atenção ao IPG, o público poderia votar em enquetes virtuais (Figura 5).

Figura 5 - Cartazes de divulgação do Inventário Participativo de Galópolis



Fonte: (ERLO, 2021-2022, p. 81).

Outros dois meios de divulgação foram utilizados: matérias publicadas em coluna de jornal e um ato simbólico representando o luto da comunidade frente ao descaso com o patrimônio cultural, ocorrido em 30 de janeiro de 2022, dia em que, durante a programação dos Jogos Coloniais da Festa da Uva realizados no bairro,

foram estendidas duas faixas no prédio do Círculo Operário nas duas laterais de maior visibilidade com os dizeres “luto pelo nosso patrimônio” – sendo “luto” utilizado tanto como expressão de um sentimento coletivo quanto um verbo de mobilização, referente à “luta” (Figura 6).

Figura 6 - Ato simbólico com a exposição da faixa construída “luto pelo nosso patrimônio” na fachada em frente ao Cine-Operário de Galópolis, no dia da realização dos Jogos Coloniais da Festa da Uva, 2022.



Fonte: (ERLO, 2021-2022, p.104).

Em paralelo à divulgação, realizamos a etapa da formação do inventário participativo, enquanto instrumento, realizada de forma intensiva ao longo dos dias 24, 25, 26 e 27 de janeiro de 2022, na modalidade híbrida. Os que podiam participar presencialmente encontravam-se às 18h30min e permaneciam na sede da Exitus até 21h, sendo este o mesmo período de transmissão para os que acompanhavam de casa - que ficou gravada, como registro da etapa formativa. O recurso didático partiu do curso “Inventário Participativo”, ofertado de forma gratuita pela plataforma SaberMuseus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Em grupo, líamos os aspectos principais das aulas virtuais e debatíamos a pertinência para a aplicação na nossa realidade. No último dia de formação, recebemos a Prof^a Dr^a Ana Maria Dalla Zen, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que nos auxiliou a pensar em formas de desenvolver o inventário apresentando a experiência do Museu

das Ilhas e do Museu da Lomba do Pinheiro, ambos localizados em Porto Alegre e contando com o apoio do curso de Museologia e PPGMusPa da UFRGS.

Na ocasião concluímos que o método do inventário participativo, assim como propõe Varine (2012), deveria ser aplicado de forma contextualizada, pensando no alcance integral dos objetivos do grupo: a preservação do patrimônio cultural industrial, o desenquadramento da memória coletiva e o fomento à autogestão comunitária. Para tal, estruturamos um cronograma-base dinâmico (quadro 1), que ia sendo alterado periodicamente de acordo com as necessidades evidenciadas ao longo dos encontros- que inicialmente previu-se serem em torno de 12, retornando à primeira etapa ao seu término.

Quadro 1 - Cronograma de aplicação do Inventário Participativo de Galópolis

ETAPA	MOMENTO	DURAÇÃO	PREVISÃO
1	Identificação dos patrimônios culturais de Galópolis	3 encontros	Março de 2022
2	Seleção dos patrimônios prioritários para início de pesquisa	1 encontro	Março de 2022
3	Pesquisa e catalogação de acervo	4 encontros	Abril de 2022
4	Construção de um produto para apresentação dos resultados da pesquisa	3 encontros	Maio de 2022
5	Autoavaliação	1 encontro	Maio de 2022
Retorno à etapa 1			

Fonte: Extraído de (ERLO, 2023, p. 269).

Para documentar e disponibilizar as informações coletadas a partir das falas dos participantes do inventário - demanda não alcançada pelo projeto do Museu de Território de Galópolis - todo encontro era gravado em sua integralidade, em áudio e vídeo, e, assim como as atas e registros fotográficos das reuniões, este material foi armazenado em um repositório do Inventário Participativo de Galópolis criado na plataforma *Google Drive*. Desde as primeiras comunicações feitas por meio das redes sociais para informar o desenvolvimento do projeto prezamos por divulgar o link de acesso ao meio digital em questão, facilitando a recuperação e fruição das informações coletadas.

Conforme os encontros ocorriam percebemos que o número de encontros necessários para cada etapa aumentaria exponencialmente por conta do número de

informações disponibilizadas pelas falas dos moradores e ex-moradores de Galópolis. Também notamos que a linearidade das etapas, isto é, seu início e finalização, não ocorreria da forma planejada inicialmente, sendo necessário retornar frequentemente à etapa 1, por exemplo, ao serem identificados bens culturais de valor patrimonial ao longo das fases subsequentes.

Dentre as idas e vindas das etapas do recorte temporal selecionado para este artigo - do dia 8 de março ao dia 18 de agosto de 2022, período em que foi realizada a primeira fase do Inventário Participativo de Galópolis, sendo completadas as 5 etapas e retomada a primeira - mapeamos 247 patrimônios de Galópolis, dispostos ao longo de oito categorias construídas de acordo com a eleição dos respectivos patrimônios, sendo elas “[...] edificações [...], serviços [...], cultura [...], esportes, gastronomia, paisagens naturais e religiosidade [...] e pessoas” (ERLO, 2023, p.276), conforme ilustram as Figuras 7, 8, 9, 10 e 11.

Figura 7 - Categoria “edificações” do Inventário Participativo de Galópolis



Fonte: (ERLO, 2021-2022, p. 478)

A escolha dos patrimônios edificados foi a primeira a ocorrer. Uma vez lançada a pergunta “o que é patrimônio cultural de Galópolis?”, as primeiras respostas surgiram no intuito de indicar bens tidos como “tradicionais”, de uma concepção positivista de patrimônio cultural edificado, reforçando a definição trazida pelo próprio Museu de Território de Galópolis. Todavia, ao passo que os participantes indicaram bens como a “Casa da família Muner”, “Hidrelétrica” e “Ruínas da Móveis Felippi”, abriu-se a discussão para outras tipologias de bens edificados, para além do arquétipo

arquitetônico colonial italiano e do modelo de vila operária. Estas edificações, simples em sua aceção estética, foram indicadas sob as justificativas de que ali viveram pessoas conhecidas – como Sisto Muner e sua filha, fotógrafos oficiais do bairro –, foram importantes para a chegada da energia elétrica e da geração de novos empregos – sobre o pequeno motor movido pela força da cascata e as ruínas de uma empresa de móveis criada por trabalhadores que, após demitidos do Lanifício, criaram este empreendimento familiar.

Neste sentido, tensionou-se o debate sobre a inclusão de referências que não mais existiam ou estavam em situação irreversível de ruína. Por mais que eu tentasse me manter apenas como mediadora do projeto, com intervenções pontuais, por vezes me encontrava debatendo a pertinência dos bens indicados sob um viés teórico – que não pareceu desagradar os presentes por serem incursões breves. Foi o caso da discussão sobre a inclusão da primeira edificação que abrigou a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, demolida ainda na década de 1960: é possível patrimonializá-la? Sim, é possível atribuir significados a um bem representado pela sua ausência – esta, por vezes, indicando enquadramentos memoriais ou tensionamentos de poder. Este questionamento também fez-se presente para debater a categoria “serviços” (Figura 8).

Figura 8 - Categoria “serviços” do Inventário Participativo de Galópolis



Fonte: (ERLO, 2021-2022, p. 478)

Esta categoria diversificada apresentou elementos da sociabilidade e do trabalho na vila operária de Galópolis. Embora muitos dos serviços não fossem

financiados pelo Lanifício, todos garantiam a sobrevivência e a imobilização da força de trabalho. Iniciada pela indicação de pequenos comércios ainda na categoria de edificações, esta desdobrou-se em “serviços” por focar no caráter operacional dos bens e não sua materialidade propriamente dita. Açougues, padarias, armazéns, moinhos e restaurantes trouxeram à tona a sociabilidade dentro da dinâmica fabril – embora ainda constasse como relevante mencionar os pedreiros, motoristas de caminhão, lenhadores, reflorestadores, costureiras e bordadeiras que trabalhavam de forma autônoma, mas com vínculos empregatícios na fábrica –, pois tais menções costumeiramente vinham carregadas de falas nostálgicas da infância.

Porém, nesta categoria existe um elemento que tornou a se repetir em tantas outras: os presentes no encontro citavam o serviço que prestavam à comunidade para ser inventariados. É o caso da Oficina de Bicletas do Elzio, sendo este um senhor que depois de aposentar-se do trabalho fabril, passou a consertar bicicletas. Porém, no Diário de Campo (ERLO, 2021-2022, p.355), foi destacada à subsequente fala do senhor em questão: “[...] ele comentou que hoje ainda trabalha consertando bicicletas, mas que a procura não é tão grande quanto antigamente, porque hoje as crianças não andam mais de bicicleta, só ficam no celular, e os adultos só andam de ‘auto’ [...]”. O fato de um participante do Inventário Participativo de Galópoli considerar seu trabalho importante o suficiente para receber o estatuto patrimonial aponta que o caminho para potencializar a autoestima dos moradores estava sendo trilhado e, além disso, retrata a ruptura da temporalidade do passado longínquo na atribuição de significados – embora ainda tivesse a nostalgia como impulso.

Figura 9 - Categoria “cultura” do Inventário Participativo de Galópoli



Fonte: (ERLO, 2021-2022, p. 479)

A nostalgia, como alusão à crise do regime de historicidade, continuou sendo um importante motor de indicações, mas não necessariamente fez-se presente em todos os elementos levantados. Na categoria “cultura” (Figura 9) – título genérico que acordou-se ser revisto em breve –, dentre brincadeiras, crenças populares, conhecimentos técnicos, lendas, festejos, bandas e grupos/clubes sociais surgem debates pertinentes à esta dissertação: primeiramente, apresenta-se uma vida social bastante intensa, com a incorporação de diferentes demandas ao longo do tempo – como a criação das boates em detrimento dos salões de baile e o surgimento de bandas de rock contrastando com a banda marcial da escola em homenagem ao gerente; aspectos contemporâneos, como os projetos criados pela AMOG, Ponto de Cultura e CCCG no intuito de preservar o patrimônio cultural do bairro também foram indicados, revelando a importância dada às iniciativas comunitárias.

Além disso, a incorporação de coletivos que haviam sofrido repressão durante a gerência paternalista da indústria têxtil local, como o CTG Querência do Imigrante – que surgiu diante da decadência do Círculo Operário –, o já referenciado grupo Matéria Prima e os periódicos Senza Paura e Galopadas demonstram uma maior abertura à crítica ao propor a reflexão acerca das restrições impostas durante determinados períodos. Neste sentido, a inserção da “máquina do diabo” – assim reconhecida por ser totalmente insalubre, tendo acometido diversos trabalhadores em graves acidentes até ser desativada – como uma lenda desmistifica o olhar positivado que o discurso museográfico apontou como coeso acerca das condições de trabalho.

Porém, outras questões ainda não foram tensionadas: os participantes definiram desde cedo que os chás e as benzeduras não deveriam ficar na mesma categoria que os temas religiosos, demonstrando um certo nível de ortodoxia próprio do contexto ocupado pela Igreja Católica em Galópolis. A Figura 10, que traz as categorias “esportes, gastronomia, paisagens naturais e religiosidade”, instiga a refletir sobre as imposições: embora todos os itens citados até o momento tenham clara relação com a dinâmica fabril, podendo ser considerados patrimônios industriais, nem todos possuíam ligação direta com a gerência lanieira – diferentemente destas categorizações, em que, em sua maioria, os bens culturais citados foram criados pelo Lanifício São Pedro.

Figura 10 - Categorias “esportes, gastronomia, paisagens naturais e religiosidade” do Inventário Participativo de Galópolis



Fonte: (ERLO, 2021-2022, p.479)

Ressalvas precisam ser feitas, todavia: ao trazer receitas gastronômicas, embora todas fossem ofertadas e mais lembradas por sua inserção nas festas promovidas pela fábrica, quem recebe o destaque são os e as chefes de cozinha. Normalmente receitas familiares, os pratos destacados foram identificados não por suas particularidades, mas por quem os criou ou executou-os com mais frequência – majoritariamente mulheres, demonstrando uma disparidade de gênero quando se pensa, por exemplo, em proprietários de edificações e detentoras do saber-fazer gastronômico.

Mas foi a indicação de uma mulher, ainda no segundo encontro do IPG, que criou uma das categorias que mais possibilitou análises: Sílvia Belló, a parteira. Avó de um dos participantes do encontro em questão, ela foi incluída após seu neto afirmar – não questionar – que pessoas também poderiam ser patrimônios culturais. Dentre as discussões do campo patrimonial contemporâneo muito se pensa sobre esta tipologia de indicação. Márcia Sant’Anna (2017) tece uma crítica sistemática ao programa Tesouros Humanos Vivos, promovido pela Unesco antes mesmo da Convenção de Salvaguarda de 2003. A autora elogia a proposta “[...] centrada no reconhecimento de indivíduos e grupos produtores/praticantes de manifestações culturais como “patrimônios vivos” e no fortalecimento dos processos de transmissão de seus saberes e habilidades para novas gerações” (SANT’ANNA, 2017, p. 96). Todavia, afirma que “[...] essa política não inclui os contextos territoriais, ambientais e sociais de produção

desses bens culturais, tendendo a ressaltar o virtuosismo e a performance de determinados detentores” (p.96), que, mais tarde, relaciona com as práticas reconhecimento dos valores patrimoniais de determinados bens (sobretudo imateriais) no âmbito do poder político, unicamente com o papel de estimular performances turísticas – e sem a devida proteção dos respectivos órgãos.

Neste sentido, qual posicionamento assumir? Partindo do pressuposto de que todas as indicações de bens eram votadas antes de serem oficialmente incluídas na listagem, que a aceitação da maioria das pessoas e grupos foi unânime em quase todos os casos, e que as personalidades destacadas não as foram com o objetivo de fomentar a economia turística local, mas sim seguindo os três critérios basilares supracitados, optou-se por criar tal categoria. Na realidade, ela foi requisitada com grande apreço pois, tratava-se de sugestões de nomes que perpassaram a vida de muitos moradores durante muito tempo – como é o caso dos(as) professores(as), freiras, farmacêuticos, músicos e personagens icônicos da história galopolitana – e que pouco ou nunca foram valorizados.

Personalidades como a benzedeira “Jandira Melo”, indicada na mesma categoria que o termo genérico “Padre” – deixado em aberto pois temeram esquecer de citar algum – e as Irmãs do Sagrado Coração de Maria, representa uma abertura para a diversidade e a pluralidade de expressões. Citar mulheres que ficaram conhecidas por serem as primeiras da família a trabalhar na fábrica, pessoas que apresentavam dificuldades cognitivas, mas eram aceitas e a si mesmos e suas famílias, é significativo por alcançar o propósito da valorização da comunidade – e não uma comunidade idealizada, mas sua expressão real sobre o território.

Seguindo esta linha de raciocínio, os participantes do Inventário Participativo de Galópolis optaram por indicar não apenas as pessoas, em caráter individual, mas suas famílias, pois “[...] eles disseram que ‘teve’ famílias que fizeram muito por Galópolis... e continuaram, dizendo que na verdade todas as famílias contribuíram de alguma forma, até as que chegaram recentemente” (ERLO, 2021-2022, p.387). Neste momento, por conta da demanda em iniciar a pesquisa sobre um dos bens e apresentar resultados – o que cabe uma autocrítica ao grupo organizador – em busca de viabilizar a ocupação do CCG, optou-se por encerrar temporariamente as discussões sobre esta categoria, que seriam retomadas ao final da próxima etapa.

Figura 11 - categoria “pessoas” do Inventário Participativo de Galópolis



Fonte: (ERLO, 2021-2022, p. 480)

Em linhas gerais, é possível chegar às seguintes conclusões a partir da análise dos bens culturais que compõem a listagem inicial do Inventário Participativo de Galópolis: todos possuem uma clara referência à dinâmica industrial, refletindo o imaginário operário e a permanência das estruturas de poder construídas na região – todavia, nem todas as referências tem relação com o Lanifício São Pedro, tendo em vista a diversificação do setor industrial em Galópolis ao longo do tempo; ao mesmo tempo que são citados patrimônios que desempenhavam (e por vezes ainda desempenham) um papel coercitivo, são indicados outros que simbolizam a resistência de uma parcela expressiva da população da vila operária frente à dominação ideológica; mais do que funções estéticas, os bens inventariados ou em processo de inventariamento foram indicados por seus aspectos sígnicos, representando uma autoimagem construída social, política, econômica e culturalmente; houve uma dificuldade em distinguir elementos dentro das categorizações propostas inicialmente, o que demonstra uma imersão profunda em sua própria realidade ao ponto de serem necessárias novas categorias, mais abrangentes; a diversidade de bens elencados foi maior durante a construção do IPG, porém, mesmo assim, questões de tensionamento envolvendo patrimônio indígena e patrimônio negro, por exemplo, não geraram novas indicações. Ainda carece de abertura para temas sensíveis, embora o movimento operário já tenha sido assumido como representativo à realidade local.

Estes aspectos devem ser levados em consideração para se analisar a informação de que o primeiro patrimônio industrial a ser pesquisado de forma aprofundada na etapa 2 foi definido pelos participantes ainda no segundo encontro do projeto. Por conta de sua representatividade à história da comunidade, seu risco de desaparecimento (material, por conta de sua deterioração física devido ao abandono desde 2019 e a sistemática negligência do Poder Público) e possibilidade de reutilização para as demandas do bairro como Centro Comunitário e Cultural Galópolis, a sede social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos foi o primeiro bem cultural pesquisado pelo grupo do Inventário.

Os participantes começaram a levar seus acervos pessoais referentes à edificação supracitada a partir do terceiro encontro (Figura 12), quando fizemos o mapeamento geral de fontes, identificação de lacunas historiográficas e organizamos a busca por mais documentos escritos, imagéticos, tridimensionais e memórias orais que sanassem as dúvidas suscitadas no momento. Começamos a construir uma linha do tempo sobre a história do Círculo, mas percebemos que sua linearidade também era questionável, uma vez que o debate pendeu mais sobre a postura assistencialista da entidade operária do que sua estrutura propriamente dita - cabendo mais destaque para seu significado imaterial e representativo.

Figura 12 - Mapeamento de fontes históricas sobre o Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos



Fonte: (ERLO, 2021-2022, p. 345)

A pesquisa (etapa 3) se deu com base no acervo levado e catalogado pela comunidade, “[...] totalizando 504 itens cadastrados seguindo uma adaptação da

Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) para facilitar seu manuseio por todos os membros da comunidade - tanto os participantes do Inventário como os demais interessados” (ERLO, 2023, p. 284). A catalogação iniciava com a assinatura do termo de cedência da imagem digital, sua higienização, digitalização, descrição - indicando data, autoria, nível de conservação (físico), data de cessão, data de inclusão e data de devolução - codificação, publicação (na plataforma Google Drive, em uma pasta própria) e divulgação no site do Centro Comunitário e Cultural Galópolis. Objetos tridimensionais também foram trazidos pela comunidade, sendo registrados e divulgados por meio de fotografias - levando em consideração a inexistência de um espaço físico. Além das coleções institucionais e familiares buscou-se bibliografias que trouxeram um olhar crítico quanto a presença do Círculo Operário.

Todos os presentes nos encontros do Inventário Participativo de Galópolis participaram dos processos inerentes à pesquisa histórica e isto reverberou na autoavaliação do grupo realizada como 5ª etapa da primeira fase do projeto, em que os participantes ressaltaram a importância de organizar seu acervo individual de forma a não perder documentos importantes para sua memória individual e coletiva. Também percebemos uma demanda de conhecer melhor as plataformas digitais por nós utilizadas, para que pudessem manusear para além dos encontros presenciais e, por isso, pontuamos os passos necessários para aceder à pasta do projeto tanto nos encontros presenciais quanto no grupo de *WhatsApp* criado para facilitar a comunicação com os membros.

Da organização do acervo e pesquisa bibliográfica seguimos para a elaboração de um produto (etapa 4) para apresentar os resultados da pesquisa. Escolhemos elaborar uma exposição de percurso ao ar livre, no centro da Praça Duque de Caxias, área central de Galópolis que tem edificações remanescentes do período paternalista da localidade em seu entorno - dentre os quais está a sede social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos. A proposição do discurso museográfico e dos elementos expográficos foram todos definidos coletivamente, bem como a posterior avaliação do produto antes de sua impressão. A exposição “História(s) e Memória(s) do Círculo Operário” inaugurou no dia 2 de julho de 2022 (Figura 13) e permaneceu até o dia 23 de dezembro do mesmo ano - conseguindo prorrogar o prazo para uso do espaço público por conta da pressão e mobilização comunitária.

Figura 13 - Abertura da exposição “História(s) e Memória(s) do Círculo Operário



Fonte: Acervo do Inventário Participativo de Galópolis (2022).

Ao longo do período de exposição, os voluntários do Inventário Participativo de Galópolis atenderam 643 estudantes das quatro escolas mais próximas do bairro por meio da atividade educativa “Janelas do Círculo”, em que alunos e alunas poderiam escrever ou desenhar qual seria o futuro da edificação do Círculo Operário segundo suas subjetividades e demandas. Destacamos que a maioria das produções enfatizavam o caráter cultural, educativo e de lazer para a juventude do bairro que cada vez menos busca permanecer em Galópolis devido à falta de atendimento às suas necessidades. Pô-los como protagonistas do futuro da localidade significa uma importante tentativa de restaurar a relação de pertencimento dos jovens à territorialidade.

3. Considerações finais

A Museologia Social tem como seus pilares a superação dos limites excludentes das instituições museológicas para alcançar o território, a ampliação de seu espectro analítico de coleções para o conjunto de patrimônios culturais e, mais do que a inclusão no processo de gestão, a mudança do posicionamento que a comunidade ocupa - de público, para gestores.

O alcance de novos sujeitos abre possibilidades para abarcar novas demandas ou mesmo reforçar as que estão em voga há tempos. Mas sempre representa uma

interação em prol do conhecimento e da dignidade das comunidades impactadas e impactantes pelo patrimônio cultural.

O Inventário Participativo de Galópolis surgiu para reivindicar o acesso e a fruição ao posto que a comunidade - e a representação simbólica que o uso deste termo implica - sempre lutou para alcançar: o de protagonistas de sua territorialidade. Ultrapassando as barreiras paternalistas e a dependência de agentes externos, os diversos sujeitos que consolidam a identidade dinâmica e plural de Galópolis que foi renegada pela historiografia oficial.

O acesso às novas fontes históricas, sua transformação em informação e a consequente divulgação (seja ela científica ou não) trazem a possibilidade de reformular a percepção dos moradores e ex-moradores acerca de si mesmos e sua coletividade. Todavia, este objetivo somente será alcançado mediante a gestão comunitária da informação e da produção de conhecimento.

Referências

- CÂNDIDO, Maria Manuelina Duarte. Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 20, p.163-203, 2003.
- CASTILHOS, Axele. **Conectividade**: requalificação das conexões do Museu de Território de Galópolis. Monografia em Arquitetura e Urbanismo. Centro Universitário da Serra Gaúcha. Caxias do Sul, 2020.
- CHAGAS, Mário. Memória Política e Política da Memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.136-167.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. 34 ed. Rio de Janeiro, 1997.
- ERLO, Geovana. **Museu de Território de Galópolis**: estratégia para a preservação do Patrimônio Industrial e Identidade local. Monografia em História. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/11338/5912>. Acesso em: 03 jul. 2023.
- ERLO, Geovana. **Diário de campo gestão comunitária de Galópolis**. Caxias do Sul: [s.l], 2021-2022. 1 diário de bordo. 571p.
- ERLO, Geovana. **Tecendo a gestão comunitária do patrimônio industrial**: do Museu de Território ao inventário participativo de Galópolis. Dissertação (mestrado em Museologia e Patrimônio). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257661>. Acesso em: 03 jul. 2023.
- FERRI, Marlos Rodrigo. **Tecendo uma história**: a Cooperativa Têxtil Galópolis. Dissertação (Mestrado em História). Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2018.
- GRINSPUM, Denise. **Educação para o Patrimônio**. Museu de Arte e escola. Responsabilidade compartilhada na formação de públicos. Tese. São Paulo: USP, 2000.
- HASBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processo de industrialização da Zona Colonial Italiana**. 2. Ed., ampl. Caxias do Sul: Educus, 2017.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. **Língua, Cultura e Valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre imigração italiana no Sul do Brasil.** Porto Alegre: EST; Fondazione Cassamarca, 2003.

IBGE. Censo 2010: informações sobre bairros e municípios - Caxias do Sul. **Atlas do Censo 2010.** Rio de Janeiro, 2011.

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DE GALÓPOLIS. **Exposição “História(s) e Memória(s) do Círculo Operário”.** Exposição virtual. Caxias do Sul, 2022. Disponível em: <https://www.inventarioparticipativodegalopolis.com/projeto-cccg-copy>. Acesso em: 03 jul. 2023.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Inventários Participativos.** Brasília: MinC, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.

LOPES, José Sérgio Leite (Org). **Cultura e Identidade Operária: Aspectos da cultura da classe trabalhadora no Brasil.** São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Marco Zero/Editora da UFRJ, 1987.

PRIMO, Judite. Pensar contemporaneamente a Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, n.16, p.5-38, 1999.

SANT'ANNA, Marcia. Desafios e perspectivas da política federal de salvaguarda do patrimônio cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, IPHAN, v. 36, p.95-105, 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.3, p.443-466, set./dez. 2005.

VARINE, Hugues de. A respeito da Mesa-Redonda de Santiago do Chile [1995]. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados.** São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, v.2, 2010. p.38-42.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VERONA, Antonio Folquito. Pacto Social e Luta Operária em Schio. **Revista Brasileira de História**, v.17, n.34, p.13-52, 1997.

Data de recebimento: 16.02.2024

Data de aceite: 16.02.2024